EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 049/2026
Processo Licitatório nº 090/2026
Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 042/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO/MG**, CNPJ. n° 18.317.693/0001-06, com sede na Praça Cardeal Motta, n° 220, bairro Centro, Bom Jesus do Amparo/MG, CEP: 35908-000, torna público a realização de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, pelo modo de disputa aberto a ser regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 151/2023 e demais disposições contidas neste edital.

- Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á abertura da sessão pública do pregão eletrônico para registro de preços, por meio do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br horário de Brasília – DF.

- O presente Pregão Eletrônico para Registro de Preços é de participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, tendo em vista o valor de referência.

DATA: 14/10/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09:30h
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitardigital.com.br
Modo de disputa: Aberto.
Valor de referência: R$ 557.907,28 (quinhentos e cinquenta e sete mil, novecentos e sete reais e vinte e oito centavos).

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio www.licitardigital.com.br.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

O Pregão será realizado em sessão pública e os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira Rayelle Aparecida Silva, designada pela portaria 026/2025 e Equipe de Apoio integrada pelas servidoras Lissânia Espínula Santos, Marluce Deisy dos Santos e Carlos Daniel Figueiredo Santos designados pelas Portarias nº 007/2026.

1.1. LOCAL ONDE PODERÁ SER EXAMINADO E/OU ADQUIRIDO O EDITAL:

A cópia do edital está disponível para downloads no sítio www.bomjesusdoamparo.mg.gov.br na aba “Licitações”, mediante solicitação no e–mail licitacao@bomjesusdoamparo.mg.gov.br ou no site www.licitardigital.com.br, nas abas “fornecedor > encontre um processo” e independe de qualquer pagamento.

2. DO OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de eletrônicos, equipamentos de informática, periféricos e softwares de informática, para atendimento às Secretarias Municipais.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3.2. Em atendimento ao artigo 15, inciso VII do Decreto Federal nº 11.462/2023, esclarece-se que é vedado aos órgãos ou entidades a participação em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo
3.3. de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos.
4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
4.5 Não poderão disputar esta licitação:
4.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
4.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
4.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a

voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
4.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
4.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
4.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
4.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
4.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
4.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
4.5.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
4.5.11 Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão eletrônico para registro de preços;
4.5.12 Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
4.5.13 Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição; A decisão administrativa baseou-se na natureza do objeto licitado, que não demanda complexidade técnica ou vulto econômico que justifique a formação de consórcios. Ao contrário, a execução por empresa individual mostra-se plenamente viável e até mais eficiente sob o ponto de vista de gestão contratual, fiscalização e responsabilização.
4.5.14 Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;
4.6 O impedimento de que trata o item 4.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.5.2 e 4.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.9. O disposto nos itens 4.5.2 e 4.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.11. A vedação de que trata o item 4.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.12. Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.licitardigital.com.br;

4.13 A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

5. CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O credenciamento exigido constitui-se em cadastro prévio de identificação, com a finalidade de agilizar o procedimento e permitir a efetiva participação dos interessados no certame.

5.3. O cadastro deverá ser feito na plataforma LICITAR DIGITAL, por meio de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas por meio do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

5.4. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal intransferível para acesso ao sistema eletrônico, sendo que o credenciamento e sua manutenção dependerão de registro atualizado no Sistema de Cadastramento.

5.5. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante legal, não cabendo ao provedor do sistema responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, devendo o licitante comunicar formalmente ao provedor do sistema sobre qualquer irregularidade quanto ao uso da senha.

5.6. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização

das transações inerentes a este Pregão.

5.7. Caso o licitante possua qualquer tipo de dúvida quanto à operacionalidade do sistema eletrônico, o mesmo deverá recorrer previamente ao manual do fornecedor disponibilizado no portal LICITAR DIGITAL, ou buscar auxílio por meio de um de seus canais de comunicação.

5.8. Não cabe ao Pregoeiro prestar ao licitante quaisquer informações ou orientações no tocante às funcionalidades do sistema, bem como buscar informações, esclarecimentos ou documentos junto ao provedor do sistema eletrônico, uma vez que os canais indicados no portal são os meios recomendados para estes fins e, ainda, pelo fato de que o Pregoeiro não dispõe de acesso às ferramentas do sistema destinadas ao fornecedor.

5.9. O licitante é o único responsável por obter todas as orientações necessárias quanto às funcionalidades do sistema eletrônico LICITAR DIGITAL no tocante a modalidade licitatória em que almeja participar, cabendo a este, de maneira bastante antecipada, dotar-se de todas as informações e capacitações necessárias para fins de atuar no uso desta ferramenta, não cabendo recorrer ao Pregoeiro para o esclarecimento de dúvidas operacionais sobre o sistema eletrônico.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

6.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.3. Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação dos termos deste Edital poderão solicitar os esclarecimentos pelo endereço eletrônico **www.licitardigital.com.br**.

6.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
6.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
7.2.1 As propostas deverão ser cadastradas com 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

7.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
7.4.1. Não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
7.4.2. Atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
7.4.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
7.4.4. A proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
7.4.5. A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
7.4.6. Está ciente do edital e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.
7.4.7. Declara para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
7.4.8. Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

7.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
7.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
7.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de

pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.4 ou 7.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
8.1.1. Valor unitário e total do lote e seus itens e/ou desconto;
8.1.2. Marca dos produtos ofertados;
8.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
8.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer

alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

8.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

8.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 7.9.

8.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A sessão pública será iniciada a partir do horário previsto no edital de licitação.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O desconto deverá ser ofertado pelo valor do item.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5,00, conforme indicação do Pregoeiro no momento da sessão pública.

9.9. Observado o 9.8, o licitante poderá solicitar a exclusão do lance na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
9.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
9.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
9.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
9.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
9.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
9.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
9.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

9.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
9.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
9.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
9.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
9.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
9.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.19.1. Haverá a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do § 3º, art. 48, LC nº 123/06.
9.19.1.1. Entende-se por empresa local a pessoa jurídica de direito privado estabelecida em todo o território do Município de Bom Jesus do Amparo.
9.19.1.2. Entende-se por empresa regional a pessoa jurídica de direito privado estabelecida em qualquer cidade localizada na microrregião de Itabira, pertencente à Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, que inclui os territórios Alvinópolis, Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Bom Jesus do Amparo, Dionísio, Ferros, Itabira, João Monlevade, Nova União, Nova Era, Rio Piracicaba, Santa Bárbara, Santa Maria de Itabira, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José do Goiabal, Taquaraçu de Minas, conforme Divisão Territorial do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, p. 75 e 76, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (1990).

9.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
9.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
9.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
9.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
9.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
9.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
9.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
9.20.2.2. Empresas brasileiras.
9.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
9.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
9.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
9.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
9.21.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
9.21.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.23. Na hipótese de o Pregoeiro identificar alguma irregularidade, anormalidade ou erro durante a fase de formulação de lances e da negociação, poderá pausar a referida sessão para a realização de diligências.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
10.1.1. SICAF.
10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e
10.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

10.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
10.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
10.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual

desclassificação.
10.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 7.6 deste edital e com o artigo 4º, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
10.7.1. Contiver vícios insanáveis.
10.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
10.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
10.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
10.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
10.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
10.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
10.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde

que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

10.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

11.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

11.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

11.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.10. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira será verificada por meio do sistema eletrônico utilizado pelo Município para realizar o procedimento licitatório.
11.10.1 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.11. Os documentos que não forem inseridos na plataforma poderão ser consultados no cadastro SICAF.

11.12. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do art. 7º, observado, nesta hipótese, o disposto no § 2º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.12.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo

proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
11.13.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11.14. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
11.14.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

11.15. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
11.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
11.15.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64).
11.16.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
11.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.17. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.14.1.

11.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

11.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.22. HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.22.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:
11.22.1.1Registro comercial, no caso de empresa individual.
11.22.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
11.22.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
11.22.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
11.22.1.5 Os documentos deverão estar atualizados e acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.23. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

11.23.1. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e Termo de Referência, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de regularidade fiscal, social e trabalhista:
11.23.1.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do presente edital.
11.23.1.2. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social e ao FGTS, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
11.23.1.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
11.23.2 Os documentos referidos neste item poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, no prazo a ser concedido pelo Pregoeiro, incluindo, por exemplo, declaração de isenção.
11.23.3. A não-regularização fiscal e trabalhista, no prazo a ser concedido pelo Pregoeiro previsto no subitem anterior, acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno

porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.23.4. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do inciso III do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.24 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.24.1 A qualificação técnica se dará conforme estabelecido no Termo de Referência.

11.25 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

11.25.1. Os licitantes deverão encaminhar, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira:

11.25.1.1 Certidão Negativa de Falência e Concordata da empresa expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, datada de no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para a realização da sessão pública do Pregão;

OU

11.25.1.2 A empresa licitante, submetida a processo de recuperação judicial, deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira para assumir o contrato, e, neste aspecto, apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique encontrar-se apta, econômica e financeiramente, para participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21.

11.25.2 A documentação referida neste Capítulo poderá ser apresentada em original ou cópia autenticada.

11.25.3 A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, mesmo em causa de ausência da certidão junto aos documentos de habilitação do fornecedor.

11.25.4 As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão.

11.25.5 Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

> "Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais

comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro".

11.26 ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.26.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.26.2 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02:00 horas** (duas horas), a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.26.2.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal quando o documento não for assinado eletronicamente por meio de assinatura digital certificada pelo ICP-Brasil.

11.26.2.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital, nos termos do art. 12, § 2º da Lei 14.133/2021 e disponibilizada no sistema utilizado pelo Município.

12.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, poderá ser divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado

13 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
13.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
13.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
13.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
13.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Federal nº 11.462/23.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
13.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14 DOS RECURSOS

14.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
14.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
14.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
14.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
14.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **www.licitardigital.com.br**.

15 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 Após a fase recursal, se for o caso, constatada a regularidade dos atos praticados, os autos serão encaminhados para a autoridade competente, que homologará o procedimento licitatório.

15.2 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor por ato da autoridade superior.

15.3 Não será exigida a prestação de garantia.

15.4 A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado, assegurando a prévia manifestação dos interessados.

15.5 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

16 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1 O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal, com aviso de recebimento (AR), ou por meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.4 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21.

16.5 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação da manutenção das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

17.1 As exigências relativas à amostra estão previstas no Termo de Referência.

18. DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1 As exigências relativas à garantia contratual estão previstas no Termo de Referência.

19. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1 As exigências relativas à gestão e fiscalização estão previstas no Termo de Referência.

20. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

20.1 Os critérios de entrega e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

21.1 Os critérios relativos ao pagamento estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES

22.1 As obrigações das partes estão previstas no Termo de Referência e no Termo de Contrato.

23. REAJUSTE EM SENTIDO GERAL

23.1 Os valores previstos nas contratações serão reajustáveis conforme previsto na Ata de Registro de Preço e no Termo de Contrato.

24. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
24.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
24.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
24.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
24.2.1.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
24.2.1.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
24.2.1.4. Deixar de apresentar amostra.
24.2.1.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

24.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
24.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

24.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

24.1.5. Fraudar a licitação.

24.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
24.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
24.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

24.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

24.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

24.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

24.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
24.2.1. Advertência.
24.2.2. Multa.
24.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
24.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

24.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
24.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
24.3.2. As peculiaridades do caso concreto.
24.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
24.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
24.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

24.4.1. Para as infrações previstas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
24.4.2. Para as infrações previstas nos itens 24.1.4, 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7 e 24.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

24.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

24.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

24.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta do ente federativo a qual pertencer o órgão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

24.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 24.1.4, 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7 e 24.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

24.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 24.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação.

24.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 1 (um) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

24.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

24.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

24.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

24.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

25 DAS COMUNICAÇÕES

25.1 Levando em conta as inovações tecnológicas, todas as comunicações entre o licitante ou empresa contratada dar-se-ão por meio eletrônico, considerando-se o endereço eletrônico mencionado na proposta, sendo de inteira responsabilidade do licitante mantê-lo

permanentemente atualizado, sob pena de perder os prazos legais previstos acerca do direito de defesa/manifestação quanto ao teor do Ofício de Notificação.

25.2 O encaminhamento de Ofício de Notificação por meio eletrônico possui respaldo no art. 5.º, LXXVIII, da Constituição Federal de 1988; art. 26, § 3.º, *in fine* e art. 2.º, § único, IX (princípio do formalismo moderado), todos da Lei n.º 9.784/99, a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal; e, subsidiariamente, conforme disciplina o art. 15, calça-se também na disposição do art. 270 do Código de Processo Civil de 2015, sendo hoje uma prática já consolidada no Poder Judiciário e que vem sendo implantada nos demais Poderes com a finalidade de otimizar custos, critérios de sustentabilidade e ritos processuais, primando pela eficiência no serviço público sem prejuízo do direito ao contraditório e à ampla defesa de quaisquer das partes.

26 DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

26.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

26.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico
26.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
26.11.1 ANEXO I – Modelo de Proposta Financeira.
26.11.2 ANEXO II – Termo de Referência.
26.11.3 ANEXO III – Justificativa técnica para aquisição de servidor de virtualização e solução de backup.
26.11.4 ANEXO IV – Levantamento de Compútadores da Prefeitura Municipal.
26.11.5 ANEXO V – Justificativa Técnica para aquisição de materiais, peças de reposição e equipamentos de informática.
26.11.6 ANEXO VI - Minuta da Ata de Registro de Preços.
26.11.7 ANEXO VII - Minuta de Termo de Contrato.

Bom Jesus do Amparo, 24 de setembro de 2026.

_____

Adilson José Duarte

Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

_____

Annika Lage Coelho Ferreira

Secretária Municipal de Saúde

_____

Eduardo Cesar Motta Dias

Secretário Municipal de Cultura e Turismo

_____

Eduardo Henrique Vieira Menezes

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

_____

Guilherme de Lima Costa

Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura

_____

João Raimundo Maltez

Secretário Municipal de Fazenda, Planejamento e Administração

_____

Worley Motta Avelar

Secretária Municipal de Governo

_____

Maria Carolina Leonhartd Portella

Secretária Municipal de Educação

_____

Otávio Augusto Pinto Motta

Secretária Municipal de Assistência Social

_____

Valter Nonato Lopes

Secretário Municipal de Transporte e Logística

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

Razão Social: _____
Endereço: _____
CNPJ: _____ *Tel.:* _____

ANTES DE ELABORAR AS PROPOSTAS, OS LICITANTES DEVERÃO LER ATENTAMENTE A DESCRIÇÃO DOS ITENS CONSTANTES NA PROPOSTA FINANCEIRA E NO TERMO DE REFERÊNCIA APRESENTADOS NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de eletrônicos, equipamentos de informática, periféricos e softwares de informática, para atendimento às Secretarias Municipais.

LOTE	Descrição	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1				
2				
3				
4				
5				
6				
6				
8				
9				
10				
11				
12				
13				

	Valor Total	

** Formulário Padrão fornecido pela Administração*

DISPOSIÇÕES GERAIS:

✓ O preço compreenderá todos os custos necessários ao fornecimento do objeto desta licitação, inclusive os referentes a despesas diretas e indiretas, encargos fiscais e parafiscais incidentes, tais como: tributos, preços públicos, seguros, bonificações, salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fiscais, securitários, comerciais e outros congêneres;
✓ Os preços compreenderão também as licenças, despesas trabalhistas e previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas necessárias à sua correta execução de modo a que nenhuma outra remuneração seja devida à contratada além do preço proposto;

✓ **VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 dias contados a partir da data da proposta;
✓ Declaramos conhecer e nos submetemos integralmente a todas as demais cláusulas e condições do edital de licitação integrante desta proposta.

(Cidade/Estado) _____de _____de 2026.

_____

(Representante legal)

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21

PREGÃO ELETRÔNICO

1. DO OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de eletrônicos, equipamentos de informática, periféricos e softwares de informática, para atendimento às Secretarias Municipais.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fonte de alimentação ATX com potência real (contínua) comprovada mínima de 500W — não nominal/de pico —, certificação 80 PLUS (mínimo Bronze), conectores adicionais PCIe (6/8 pinos) para placa de vídeo dedicada, certificação Inmetro, garantia mínima de 12 meses.	Und	5	R$ 449,87	R$ 2.249,35
2	Placa de vídeo dedicada, memória mínima de 3GB, interface PCI Express x16, saída(s) de vídeo HDMI e/ou DisplayPort, suporte a resolução Full HD ou superior.	Und	5	R$ 661,48	R$ 3.307,40
3	Dissipador de calor (cooler) para processador, compatível com sockets Intel de uso corrente no parque municipal (conforme necessidade de reposição), base de contato em cobre ou alumínio, ventoinha mínima de 80mm, conector 4 pinos (PWM), garantia mínima de 12 meses.	Und	5	R$ 74,58	R$ 372,90
4	Dissipador de calor (cooler) para processador, compatível com sockets AMD de uso corrente no parque municipal (conforme necessidade de reposição), base de contato em cobre ou alumínio, ventoinha mínima de 80mm, conector 4 pinos (PWM), garantia mínima de 12 meses.	Und	3	R$ 73,44	R$ 220,32
5	Pasta térmica de alta condutividade (mínimo 4,5 W/m.K), não condutiva eletricamente, embalagem com no mínimo 30 gramas, para aplicação entre processador e dissipador.	Und	7	R$ 69,17	R$ 484,19

6	SSD (unidade de estado sólido), interface SATA III (6Gb/s), capacidade mínima de 240GB, velocidade de leitura sequencial mínima de 500MB/s, memória NAND flash tipo TLC ou superior, formato 2,5", suporte a TRIM e S.M.A.R.T., garantia mínima de 36 meses ou vitalícia do fabricante.	Und	50	R$ 827,72	R$ 41.386,00
7	SSD (unidade de estado sólido), interface SATA III (6Gb/s), capacidade mínima de 480GB, velocidade de leitura sequencial mínima de 500MB/s, memória NAND flash tipo TLC ou superior, formato 2,5", suporte a TRIM e S.M.A.R.T., garantia mínima de 36 meses ou vitalícia do fabricante.	Und	10	R$ 1.209,33	R$ 12.093,30
8	Módulo de memória RAM DDR3, formato DIMM (desktop), capacidade de 8GB, frequência mínima de 1600MHz, tensão compatível com placas-mãe DDR3 padrão (1,5V), garantia mínima de 12 meses.	Und	30	R$ 267,63	R$ 8.028,90
9	Módulo de memória RAM DDR4, formato DIMM (desktop), capacidade de 8GB, frequência mínima de 2400MHz, garantia mínima de 12 meses (ou vitalícia do fabricante).	Und	15	R$ 452,02	R$ 6.780,30
10	Módulo de memória RAM DDR3, formato SODIMM (notebook), capacidade de 8GB de 1600MHz, garantia mínima de 12 meses.	Und	5	R$ 349,42	R$ 1.747,10
11	Módulo de memória RAM DDR4, formato SODIMM (notebook), capacidade de 8GB, frequência mínima de 2400MHz, garantia mínima de 12 meses.	Und	5	R$ 385,47	R$ 1.927,35
12	Módulo de memória RAM DDR4, formato SODIMM (notebook), capacidade de 16GB, frequência mínima de 2400MHz, garantia mínima de 12 meses.	Und	2	R$ 876,14	R$ 1.752,28
13	Placa de rede Ethernet, interface PCI Express, padrão Gigabit (10/100/1000 Mbps), conector RJ45, compatível com Windows e Linux, drivers atualizados disponibilizados pelo fabricante.	Und	6	R$ 72,62	R$ 435,72

14	Computador desktop corporativo completo (unidade de processamento + monitor), sendo a unidade de processamento e o monitor do MESMO FABRICANTE, com as seguintes características mínimas: processador de mercado com desempenho equivalente a um processador de 10ª geração (ou superior) de uso corporativo — recomenda-se validar a pontuação mínima de benchmark (ex.: PassMark CPU Mark) vigente à época da pesquisa de mercado —; memória RAM de 16GB DDR4, expansível; armazenamento em SSD NVMe (PCIe) com capacidade mínima de 480GB e velocidade de leitura sequencial mínima de 1.500MB/s; chassi Small Form Factor (SFF) ou equivalente, com TPM 2.0 e conformidade Energy Star (versão vigente) ou EPEAT (Silver ou superior); monitor LED de 23 polegadas, resolução Full HD, entradas de vídeo HDMI e VGA (no mínimo); sistema operacional licenciado original, versão mais recente disponível, com suporte oficial do fabricante; garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses on-site a contar da entrega/instalação; conformidade Inmetro/Anatel quando aplicável.	Und	50	R$ 6.666,66	R$ 333.333,00
15	Monitor LED, tela de 23 polegadas, resolução mínima Full HD (1920x1080), entradas de vídeo VGA e HDMI, taxa de atualização mínima de 60Hz, ajuste de inclinação (tilt), certificação Energy Star ou equivalente, garantia mínima de 12 meses.	Und	10	R$ 1.190,00	R$ 11.900,00
16	Notebook corporativo, produto novo e em linha de fabricação, processador x86 64 bits com desempenho equivalente a 12ª geração ou superior (mínimo 6 núcleos, 2,4GHz base), memória RAM mínima de 16GB DDR4/DDR5 expansível, SSD NVMe mínimo de 512GB (leitura ≥1.500MB/s), tela LED mínima de 14" Full HD, Wi-Fi 5 ou superior, Bluetooth, mínimo 2 portas USB (1 USB-C), HDMI, bateria com autonomia mínima de 8h, TPM 2.0, sistema operacional licenciado original com suporte do fabricante, certificação Energy Star ou EPEAT Silver (ou superior), garantia mínima de 36 meses on-site. Vedadas configurações ou adaptações que descaracterizem as condições originais do fabricante. Número de série obrigatório e visível no gabinete.	Und	4	R$ 4.617,65	R$ 18.470,60
17	Adaptador de rede USB para Ethernet, padrão Gigabit (10/100/1000 Mbps), conector USB 3.0 (retrocompatível com USB 2.0), conector RJ45, plug and play.	Und	5	R$ 52,62	R$ 263,10

18	Cabo de rede UTP, categoria 5e, caixa lacrada com 305 metros, condutores 100% cobre (vedado uso de condutor CCA — Copper Clad Aluminum), conforme normas EIA/TIA 568.	Cx	3	R$ 1.224,21	R$ 3.672,63
19	Conector RJ45 macho, categoria 5e, compatível com cabo UTP, para crimpagem. Pacote com 100 unidades.	Pct	1	R$ 69,74	R$ 69,74
20	Roteador Wi-Fi com no mínimo 4 antenas externas de alto ganho (mínimo 5dBi cada), dual-band (2,4GHz e 5GHz), padrão Wi-Fi 5 (802.11ac) ou superior, indicado para ambientes com maior necessidade de cobertura/alcance de sinal, portas Ethernet Gigabit, homologação Anatel obrigatória, garantia mínima de 12 meses.	Und	10	R$ 258,16	R$ 2.581,60
21	Cabo de força padrão NBR 14136, tripolar (3 pinos), comprimento mínimo de 1,5m, certificação Inmetro, para conexão de fonte ATX à rede elétrica.	un	20	R$ 29,66	R$ 593,20
22	Cabo VGA (HD15), conectores macho-macho, comprimento mínimo de 1,5m, conectores blindados.	un	5	R$ 40,96	R$ 204,80
23	Cabo HDMI, versão 1.4 ou superior, comprimento mínimo de 1,5m, suporte a resolução Full HD.	Und	20	R$ 29,78	R$ 595,60
24	HD externo, capacidade de 4TB, formato 3,5", interface USB 3.0 ou superior, alimentação bivolt automática, compatível com Windows e Linux, plug and play, acompanhado de cabo USB e fonte de alimentação, garantia mínima de 12 meses.	Und	3	R$ 1.069,00	R$ 3.207,00
25	Leitor de código de barras e QR Code, com tecnologia de captura por imagem (Area Imager), destinado à leitura de códigos unidimensionais (1D) e bidimensionais (2D), impressos ou apresentados em telas de dispositivos eletrônicos. Deve possuir design ergonômico, leve e resistente, adequado para uso contínuo, com acionamento manual por gatilho e indicadores visual e/ou sonoro de confirmação da leitura.	Und	20	R$ 453,23	R$ 9.064,60

26	Servidor para rack padrão 19", voltado à virtualização, com as seguintes características mínimas: processador de mercado para servidores corporativos, plataforma monossoquete de alta densidade de núcleos (ex.: linha AMD EPYC 4004 ou Intel Xeon Scalable Silver, ou equivalente), mínimo de 16 núcleos físicos (32 threads), com suporte a tecnologias de virtualização de CPU (Intel VT-x/VT-d ou AMD-V/AMD-Vi, incluindo suporte a IOMMU para atribuição direta de dispositivos a máquinas virtuais); memória RAM ECC mínima de 64GB, expansível; armazenamento com no mínimo 2 (duas) unidades SSD classe empresarial (SATA ou NVMe), capacidade mínima de 4TB (quatro terabytes) cada, configuradas em RAID 1 por controladora RAID em hardware (suporte a RAID 0/1/5/10); chassi com no mínimo 4 (quatro) baias hot-swap (as excedentes disponíveis para expansão futura); fonte de alimentação redundante, hot-swap, certificação 80 PLUS (mínimo Platinum); no mínimo 4 (quatro) portas de rede Gigabit Ethernet (onboard e/ou placa adicional); controlador de gerenciamento remoto integrado (classe BMC, com interface web dedicada e KVM remoto via navegador, independente do sistema operacional); kit de trilhos (rack rail kit) compatível com rack padrão 19" de fixação por porca gaiola (cage nut); compatibilidade comprovada com hipervisores de mercado (ex.: Proxmox VE, VMware, Microsoft Hyper-V) e com sistema operacional Windows Server como convidado (guest); será aceito equipamento novo ou usado, desde que em perfeito estado de funcionamento, com todos os componentes originais de fábrica, sem sinais de dano físico, corrosão ou desgaste que comprometam seu funcionamento ou vida útil remanescente, e submetido a teste de carga/estabilidade por no mínimo 72 (setenta e duas) horas antes da entrega, com relatório técnico do fornecedor atestando o resultado; garantia mínima de 12 (doze) meses on-site a partir da data de entrega e aceite, contemplando reposição de peças e mão de obra.	Und	1	R$ 80.879,44	R$ 80.879,44

27	Rack (armário) fechado, padrão 19", para acomodação do servidor (item 5.1), do nobreak (item 5.3) e do equipamento de rede associado (switch, patch panel), com as seguintes características mínimas: altura externa mínima de 1,60m (compatível com racks de mercado na faixa de 32U a 36U); profundidade útil mínima de 700mm, compatível com servidores de rack de padrão corporativo; estrutura em aço, com fixação de equipamentos por porca gaiola (cage nut), acompanhado de kit de porcas gaiola, parafusos e arruelas em quantidade suficiente para a fixação de todos os equipamentos previstos; capacidade de carga estática mínima de 350kg; porta frontal com fechadura e visor em vidro ou material perfurado (ventilação); painéis traseiro e laterais removíveis; kit de ventilação superior (bandeja com no mínimo 2 ventiladores); régua de tomadas (PDU) interna, com no mínimo 8 (oito) tomadas padrão NBR 14136 e proteção contra surtos; kit de aterramento; no mínimo 3 (três) bandejas fixas ventiladas, padrão 19", para acomodação de equipamentos sem fixação em trilho próprio; organizadores de cabos horizontais e verticais; pés niveladores e rodízios (modelo de piso) ou kit de fixação (modelo de parede), conforme espaço disponível no local de instalação; garantia mínima de 12 meses.	Und	1	R$ 4.803,53	R$ 4.803,53
28	Nobreak (UPS) para rack padrão 19", capacidade mínima de 3.000VA (3,0kVA) (2100 W), tecnologia de dupla conversão (online), forma de onda senoidal pura, fator de potência mínimo de 0,9, formato rack 2U com kit de trilhos/suportes de fixação compatível com rack padrão 19" por porca gaiola (cage nut); tensão de entrada e saída de 127V; saídas com tomadas padrão NBR 14136; autonomia mínima de 15 minutos com a carga integral do servidor especificado no item 5.1 e equipamento de rede associado; interface de comunicação USB e/ou rede para sinalização e desligamento remoto/automatizado do hipervisor em caso de falta de energia prolongada, com software de monitoramento compatível com os principais sistemas operacionais de mercado (Windows/Linux); baterias internas seladas VRLA, livres de manutenção; garantia mínima de 12 meses (módulo eletrônico e baterias).	Und	1	R$ 7.483,33	R$ 7.483,33

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, e são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

1.4 O prazo de vigência desta contratação é de 12 meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 105, da Lei n° 14.133 de 2021.

2. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

2.1 Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

(x) Sim

( ) Não

2.1.1 Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços

(X) quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência.

(X) quando for conveniente a compra de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

(X) quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.

2.2 Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006:

(X) Valor referencial inferior a R$ 80.000,00 por item/lote (participação exclusiva para ME/EPP).

( ) Valor referencial superior a R$ 80.000,00 de natureza divisível (com cota para ME/EPP). Percentual para aplicação do Art. 48, da Lei Complementar n.º 123/2006: 25%.

(X) Valor referencial superior a R$ 80.000,00 de natureza divisível, porém não sendo aplicável tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por não ser mais vantajoso para a administração pública, para os itens: 14 e 26.

2.3 Do agrupamento de itens em lotes

A aquisição se dará em lotes?

(X) Não

( ) Sim

Justificativa:

A contratação será realizada por itens, considerando a natureza diversificada dos equipamentos eletrônicos, equipamentos de informática, periféricos e softwares pretendidos, os quais possuem características, especificações e fornecedores distintos.

A adoção do critério por itens busca ampliar a competitividade do certame**,** permitindo que diferentes fornecedores participem da contratação de acordo com sua capacidade de fornecimento, evitando a concentração de objetos distintos em uma única contratação.

Além disso, o julgamento por item possibilita à Administração selecionar a proposta mais vantajosa para cada objeto, promovendo maior possibilidade de obtenção de preços competitivos e favorecendo a economicidade e eficiência da contratação**.**

2.4 O critério de julgamento da proposta será menor preço Unitário.

3. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Amparo/MG busca assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados à população nas áreas de atuação das Secretarias Municipais. Sendo assim, é necessária a contratação, por meio de Sistema de Registro de Preços, de eletrônicos, equipamentos de informática, periféricos e softwares de informática, para atendimento das demandas de manutenção corretiva, upgrade e substituição do parque tecnológico municipal, bem como para a implantação de ambiente de virtualização de servidores.

O Levantamento do Parque Tecnológico da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Amparo, realizado em 22/08/2026, identificou 115 (cento e quinze) equipamentos distribuídos por 14 (quatorze) setores/órgãos municipais, dos quais 24 (vinte e quatro) encontram-se em situação crítica, com processadores defasados e substituição recomendada, e 49 (quarenta e nove) necessitam de upgrade de memória RAM e/ou armazenamento (SSD) para continuar em uso regular.

Identificou-se, ainda, a necessidade de implantação de um ambiente de virtualização (servidor, rack e nobreak) para hospedar máquinas virtuais de armazenamento de arquivos, inclusive da Secretaria Municipal de Saúde, cujos dados são classificados como dados pessoais sensíveis pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018, art. 5º, II, e art. 11), de firewall/segurança de rede e de mídias externas para rotina de backup, centralizando serviços hoje inexistentes ou dispersos.

A não realização desta contratação ocasiona a permanência de equipamentos obsoletos e insuficientes para o desempenho das atividades administrativas essenciais das Secretarias Municipais, comprometendo a qualidade e a celeridade dos serviços prestados à população, e mantém o risco de perda de dados e de indisponibilidade de sistemas essenciais, inclusive de dados sensíveis de saúde protegidos pela LGPD, por ausência de rotina adequada de backup e de segregação de ambientes.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Para o atendimento da necessidade identificada, foram consideradas as seguintes soluções

possíveis:

1. Manutenção e aproveitamento integral dos equipamentos atualmente disponíveis: consiste na realização de manutenções, reparos e eventuais atualizações nos equipamentos de informática e eletrônicos já pertencentes ao Município, com o objetivo de prolongar sua vida útil e postergar a aquisição de novos equipamentos. Essa alternativa, contudo, possui limitações, especialmente nos casos de equipamentos obsoletos, com baixo desempenho ou que não comportem as atualizações necessárias para atender às demandas atuais das Secretarias Municipais.

2. Locação de equipamentos e contratação de softwares como serviço: consiste na utilização de equipamentos de informática e outros recursos tecnológicos mediante locação, podendo incluir serviços de manutenção, suporte técnico e atualização. Embora possa reduzir a necessidade de investimento inicial, essa alternativa implica despesas recorrentes durante a utilização dos equipamentos e pode não se mostrar adequada para todas as necessidades identificadas, especialmente para itens de utilização contínua e de longa vida útil.

3. Aquisição de novos equipamentos, periféricos, eletrônicos e softwares: consiste na aquisição dos bens e soluções tecnológicas necessários para suprir as demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais, permitindo a substituição de equipamentos obsoletos ou danificados, a ampliação da estrutura existente e a atualização dos recursos tecnológicos utilizados na Administração.

4. Solução mista, mediante manutenção dos equipamentos aproveitáveis e aquisição dos itens necessários: consiste em manter em utilização os equipamentos que ainda apresentam condições adequadas de funcionamento, realizando as manutenções necessárias, e adquirir novos equipamentos, periféricos, eletrônicos e softwares apenas para suprir as necessidades que não possam ser atendidas pela estrutura existente.

Após a análise das alternativas, verifica-se que a solução mista, com aproveitamento dos equipamentos que ainda possuem condições adequadas de uso e aquisição dos itens necessários para complementação, substituição e modernização da estrutura tecnológica, mostra-se adequada ao atendimento da necessidade municipal. A medida permite racionalizar os recursos públicos, evitando aquisições desnecessárias, ao mesmo tempo em que possibilita a atualização e ampliação da infraestrutura de tecnologia da informação das Secretarias Municipais, garantindo melhores condições para a execução das atividades administrativas e a continuidade dos serviços públicos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Constituem requisitos mínimos indispensáveis para a presente contratação:

(i) especificações técnicas definidas por características de desempenho e funcionalidade, e

não por marca ou modelo, de modo a preservar a competitividade do certame, nos termos dos arts. 9º e 40, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021;

(ii) garantia mínima de 12 (doze) meses para os itens em geral, estendida a 36 (trinta e seis) meses on-site para os equipamentos de maior criticidade e valor (computadores completos, notebooks e SSDs);

(iii) conformidade com certificações de segurança elétrica (Inmetro) e de homologação de telecomunicações (Anatel), quando aplicável;

(iv) conformidade Energy Star ou EPEAT para os equipamentos de informática, com vistas à eficiência energética;

(v) exigência de teste de carga/estabilidade prévio de 72 (setenta e duas) horas e ausência de danos físicos para o item Servidor.

(vi) segregação adequada de dados sensíveis de saúde (LGPD) no ambiente de virtualização a ser hospedado no servidor, com máquina virtual própria e isolada para a Secretaria Municipal de Saúde.

(vii) não se aplicam critérios ou práticas de sustentabilidade ao objeto desta contratação, tendo em vista suas características técnicas e usuais de mercado.

5.2 Não há indicação de marca de referência para os itens desta contratação: as especificações técnicas detalhadas no Tópico 1.1 (tabela de itens) foram redigidas exclusivamente por características de desempenho e funcionalidade, nos termos dos arts. 9º e 40, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021, de modo a não restringir a competitividade do certame nem direcionar a contratação a fornecedor ou fabricante específico.

6. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

6.1 Não haverá necessidades de amostra dos produtos para esta contratação

7. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

7.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, estendido a 36 (trinta e seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

7.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

7.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

7.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

7.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências do Município pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

7.7 Durante o transcurso do prazo indicado no subitem anterior poderá haver sua prorrogação uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

7.8 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

7.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

7.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

7.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1 Nos termos do art. 117 da Lei 14.133 de 2021, fica designado como representante, para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, Otávio Augusto Pinto Motta, matrícula 311400. Para a função de gestor, fica designado/a Worley Motta Avelar, matrícula 311447.

8.2 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133 de 2021.

9. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da ordem de fornecimento, em remessa parcelada, no endereço de cada Secretaria Municipal participante indicado na respectiva ordem de fornecimento, em dias úteis, no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00

9.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 dias pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

9.5 Caso estejam em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 9.4 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da

contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos e da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2 Considera-se ocorrido o recebimento definitivo da Nota Fiscal quando o órgão contratante atestar a conformidade da qualidade e quantidade do material de acordo com especificado no Termo de Referência e proceder à aceitação. A Nota Fiscal ou Fatura deverá constar:

a)descrição sucinta do objeto;

b)número e ano do empenho;

c)número e ano da ordem de serviço;

d)número do processo licitatório;

e)número do contrato;

f)período do serviço executado.

10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada dos documentos de comprovação da regularidade fiscal, quais sejam:

a)Certificado de Regularidade do FGTS;

b)Certidão Estadual de Débitos Tributários;

c)Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

d)Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais;

e)Certidão Negativa de Débitos Municipais.

10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

10.5 Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.7 Quando do pagamento, poderá ser efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.8 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei

Complementar n° 123 de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 As exigências de habilitação são as usuais para a generalidade dos objetos, compreendendo:

11.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos estão previstos no edital.

11.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

11.3.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

11.3.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: apresentação de pelo menos 1 (um) atestado, em nome da empresa proponente, comprovando o fornecimento de objeto compatível com o objeto ao qual concorre.

11.3.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11.3.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos, quando solicitado pelo pregoeiro.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 São obrigações do Contratante:

12.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência.

12.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

12.8 Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.10 A Administração terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

12.12 Notificar os eventuais emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;

13.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.8 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos que comprovam a sua regularidade fiscal, social e trabalhista;

13.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

13.18 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.19 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato;

13.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.21 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14.1.2 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;

14.1.3 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

14.1.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.1.5 Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

O custo estimado total da contratação é de R$ 557.907,28 (quinhentos e cinquenta e sete mil, novecentos e sete reais e vinte e oito centavos), conforme custos unitários apostos na Pesquisa de Preços e Mapa de Balizamento, apêndices deste Termo de Referência.

16. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nos termos do Art. 82, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 4º do Decreto nº 11.462/2023, não é exigida a indicação de dotação orçamentária específica nesta licitação, por trata-se de Sistema de Registro de Preços. A dotação será verificada apenas no ato da contratação futura, conforme necessidade da Administração.

Bom Jesus do Amparo, 24 de setembro de 2026.

Adilson José Duarte

Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Annika Lage Coelho Ferreira
Secretária Municipal de Saúde

Eduardo Cesar Motta Dias
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Eduardo Henrique Vieira Menezes
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Guilherme de Lima Costa
Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura

João Raimundo Maltez
Secretário Municipal de Fazenda, Planejamento e Administração

Worley Motta Avelar
Secretária Municipal de Governo

Maria Carolina Leonhartd Portella
Secretária Municipal de Educação

Otávio Augusto Pinto Motta
Secretária Municipal de Assistência Social

Valter Nonato Lopes
Secretário Municipal de Transporte e Logística

ANEXO III - JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIDOR DE VIRTUALIZAÇÃO E SOLUÇÃO DE BACKUP.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIDOR DE VIRTUALIZAÇÃO E SOLUÇÃO DE BACKUP

Subsídio técnico para instrução de processo licitatório — Contrato de Manutenção de Equipamentos de Informática e Rede

1. IDENTIFICAÇÃO

Objeto: aquisição de 1 (um) servidor para rack, destinado à hospedagem de máquinas virtuais em ambiente de virtualização; 1 (um) rack para acomodação física do servidor e equipamentos associados; 1 (um) nobreak para proteção de energia do conjunto; e mídias externas para backup das máquinas virtuais — atendendo à Prefeitura Municipal de Bom Jesus e à Secretaria Municipal de Saúde.

Elaborado por: responsável técnico pela manutenção de equipamentos de informática e rede, no âmbito do contrato de manutenção vigente.

Data de elaboração: 31/08/2026.

2. INTRODUÇÃO

O presente documento justifica, do ponto de vista técnico-operacional, a aquisição de um servidor para rack e de mídias de backup destinados à implantação de um ambiente de virtualização que hospedará as máquinas virtuais (VMs) necessárias à operação da Prefeitura Municipal de Bom Jesus e da Secretaria Municipal de Saúde, centralizando serviços hoje inexistentes ou dispersos e provendo segurança, segregação de dados e continuidade de serviço adequadas ao porte do município.

O dimensionamento do servidor foi calculado a partir das cargas de trabalho previstas (Seção 3.2), considerando que as VMs de armazenamento de arquivos utilizarão sistema operacional Windows Server e a possibilidade de, futuramente, uma das VMs de reserva hospedar um Controlador de Domínio (Active Directory Domain Services). Trata-se de configuração com margem operacional real — nem enxuta a ponto de comprometer o desempenho, nem superdimensionada além do necessário.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. Segregação de ambientes e proteção de dados sensíveis (LGPD)

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) classifica dados relativos à saúde como dado pessoal sensível, sujeito a tratamento com salvaguardas reforçadas (art. 5º, II, e art. 11). A segregação dos arquivos da Secretaria de Saúde em máquina virtual própria e isolada — distinta do armazenamento de arquivos da Prefeitura — é medida técnica de segurança da informação recomendável para reduzir a superfície de exposição de dados sensíveis e facilitar o controle de acesso por finalidade, em linha com o princípio da segregação de funções e do menor privilégio.

3.2. Máquinas virtuais previstas e dimensionamento

O servidor deverá suportar, no mínimo, as 5 (cinco) máquinas virtuais descritas no quadro a seguir, sendo 3 (três) de utilização imediata e 2 (duas) reservadas para necessidades futuras já previstas — entre elas, com boa probabilidade, um Controlador de Domínio (AD DS) —, evitando nova aquisição de hardware em curto prazo:

VM	Finalidade	vCPU	RAM	Armazenamento (estimado)
VM 1	Armazenamento de arquivos — Prefeitura Municipal (Windows Server)	4 vCPU	12GB	~300–500GB
VM 2	Armazenamento de arquivos — Secretaria de Saúde (Windows Server, dado sensível/LGPD)	4 vCPU	12GB	~300–500GB
VM	**Finalidade**	**vCPU**	**RAM**	**Armazenamento (estimado)**
VM 3	Firewall / segurança de rede e segmentação (ex.: pfSense/OPNsense)	2 vCPU	4GB	~32GB
VM 4	Reserva — provável Controlador de Domínio / Active Directory (Windows Server)	2 vCPU	8GB	~120GB
VM 5	Reserva para expansão futura	2 vCPU	4GB	~200GB
Total	—	**14 vCPU**	**40GB**	**~1,2TB**

Para cargas em Windows Server (arquivos e, eventualmente, Active Directory), a boa prática recomenda uma relação vCPU:núcleo físico mais conservadora que a usada em VMs Linux leves — de 1:1 a 1,5:1, especialmente para papéis sensíveis à latência como autenticação de domínio — ao invés de proporções agressivas de superalocação. Aplicando esse critério aos 14 vCPU alocados no quadro acima, mais a sobrecarga do hipervisor (tipicamente 2 a 4GB de RAM), a configuração física mínima resultante seria de 12 núcleos físicos (24 threads) e cerca de 44GB de memória ECC. A especificação adotada — 16 núcleos físicos (32 threads), 64GB de memória ECC e 4TB de armazenamento útil em RAID 1 — amplia essa margem, absorvendo com folga real o crescimento já previsto nesta seção (VMs de reserva, entre elas o provável Controlador de Domínio) e reduzindo a necessidade de nova aquisição de hardware no curto/médio prazo.

Nota técnica: a exigência de 16 núcleos físicos supera a capacidade das linhas de servidor de entrada mais básicas (que tipicamente limitam-se a 8 núcleos em soquete único), mas é atendida por mais de um fabricante em classe de servidor ainda monossoquete — seja por meio de processadores AMD EPYC (linha 4004, em SKUs de maior densidade de núcleos), seja por meio de processadores Intel Xeon Scalable (linha Silver, em SKUs de 16 núcleos ou mais) em placas monossoquete —, o que preserva a competitividade da especificação sem exigir servidor de dois soquetes.

Alerta de risco (boa prática, não item de aquisição): caso uma das VMs de reserva venha a hospedar um Controlador de Domínio, recomenda-se que o município esteja ciente de que um único DC virtualizado em um único servidor físico constitui ponto único de falha para a autenticação de rede — na falha do host, o domínio fica indisponível até restauração. A mitigação recomendada pela Microsoft é manter 2 (dois) controladores de domínio em hosts físicos distintos; havendo apenas 1 servidor disponível, a mitigação mínima é backup frequente e testado do DC, aliado à configuração de credenciais em cache nas estações, que mantêm o funcionamento local durante uma indisponibilidade

temporária do domínio.

3.3. Backup das máquinas virtuais

A proteção dos dados hospedados nas VMs — especialmente os dados sensíveis da Secretaria de Saúde — exige rotina de backup independente do servidor de produção. Adota-se a estratégia 3-2-1 (3 cópias dos dados, em 2 mídias diferentes, sendo 1 cópia fora do local), reforçada pelo uso de mídia off-line: os 3 HDs externos de 4TB solicitados permitem rotação entre discos, com pelo menos 1 unidade mantida fisicamente fora da sede (cópia offsite) e as demais em rodízio, garantindo que ao menos uma cópia permaneça desconectada da rede a qualquer momento — proteção adicional contra incidentes de segurança (ex.: ransomware) que comprometam cópias sempre conectadas.

Recomenda-se, adicionalmente, a realização periódica de testes de restauração das cópias de backup, prática que independe de aquisição e cabe à rotina operacional do responsável técnico.

3.4. Proteção de energia (nobreak)

O servidor especificado no item 1 (Seção 5) hospedará dados sensíveis (Secretaria de Saúde) e serviços essenciais (arquivos e firewall); uma interrupção abrupta de energia pode causar corrupção de dados nas VMs e no sistema de arquivos, além de indisponibilidade não controlada dos serviços. É necessário, portanto, um nobreak (UPS) dedicado ao rack do servidor.

Dimensionamento: o consumo típico de um servidor desta classe (16 núcleos, 64GB de RAM, 2 SSDs de alta capacidade, fonte redundante 80 PLUS Platinum) fica, na prática, entre 120–180W em regime normal e pode atingir 250–400W em pico de utilização — valores bastante inferiores à capacidade nominal da fonte, que é dimensionada para o pior caso. Somando-se ao consumo do switch de rede associado (cerca de 5–10W), o pico de carga do rack fica em torno de 400–410W. Aplicando-se uma margem de segurança de 25% e o fator de potência típico de um nobreak de dupla conversão (0,9), chega-se a uma demanda mínima de aproximadamente 570VA. A capacidade solicitada no item 3 (1.500VA) foi definida acima desse mínimo para acomodar picos de utilização e a eventual adição de outros equipamentos ao mesmo rack, sem caracterizar sobredimensionamento.

A autonomia mínima de 15 minutos é suficiente para o propósito principal do equipamento — permitir o desligamento automatizado e seguro do hipervisor e das VMs em caso de falta de energia prolongada — e não para manter os serviços em funcionamento por longos períodos; para essa finalidade, recomenda-se a integração do nobreak ao hipervisor via software de monitoramento (sinalização por USB ou rede), de modo que o desligamento seja disparado automaticamente antes do esgotamento da bateria.

3.5. Infraestrutura física (rack)

O servidor (item 1) e o nobreak (item 3) são, ambos, equipamentos de montagem em rack padrão 19"

— o que pressupõe a existência de um rack (armário) compatível para acomodá-los com segurança, organização e ventilação adequadas, junto ao equipamento de rede associado (switch, patch panel). Por não constar do parque de informática atual um rack com espaço, capacidade de carga e ventilação compatíveis com esse conjunto, sua aquisição é parte necessária desta solicitação (item 2, Seção 5).

O dimensionamento contempla altura externa mínima de 1,60m (faixa de 32U a 36U no mercado nacional) — muito acima do estritamente necessário para o servidor (2U) e o nobreak (2U) —, de modo a comportar com folga real o switch, o patch panel, réguas de tomadas, organizadores de cabo e, adicionalmente, no mínimo 3 (três) bandejas para equipamentos sem fixação em trilho próprio, cobrindo tanto o crescimento já previsto na Seção 3.2 quanto outros ativos de rede do parque de informática hoje sem acomodação em rack. Exige-se fixação por porca gaiola (cage nut) — padrão predominante em racks e servidores de mercado — e trilhos do servidor compatíveis com esse padrão, além de porta frontal com fechadura, relevante por se tratar de equipamento que hospedará dados sensíveis de saúde (LGPD).

4. NOTA METODOLÓGICA E BASE LEGAL

Em atenção ao disposto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), notadamente os arts. 9º e 40,

§1º, inciso I, as especificações técnicas constantes do quadro de itens (Seção 5) foram redigidas por características de desempenho e funcionalidade — e não por marca ou modelo —, de modo a preservar a competitividade do certame. A pesquisa técnica que fundamentou este documento identificou, no mercado nacional, ao menos 3 (três) fabricantes com linhas de servidor de entrada compatíveis com as especificações mínimas aqui descritas, o que confirma a viabilidade de uma especificação não restritiva.

Quanto à aceitação de equipamento usado no item 1 (Seção 5): não há, na Lei nº 14.133/2021 ou na Lei nº 8.666/93, vedação nem obrigatoriedade expressa quanto à exigência de bem novo — trata-se de decisão discricionária do órgão, a ser motivada no instrumento convocatório. O Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1033/2007-Plenário, já validou como legítima a exigência de bem "sem uso anterior" quando tecnicamente justificada; por simetria, a opção de aceitar também equipamento usado é igualmente válida, desde que a especificação técnica preserve salvaguardas mínimas de qualidade — no caso, teste de carga/estabilidade prévio, ausência de dano físico e garantia on-site (item 1, Seção 5). Diante da limitação orçamentária característica de municípios de pequeno porte e do custo mais elevado de servidores com a configuração mínima recomendada (Seção 3.2), essa alternativa amplia a viabilidade da contratação sem comprometer a qualidade exigida — atenção redobrada se justifica, no entanto, por se tratar de servidor que hospedará dados sensíveis de saúde (LGPD), o que reforça a importância das salvaguardas técnicas mantidas na especificação mesmo para equipamento usado.

Recomenda-se que, antes da publicação do instrumento convocatório, o setor de licitações/assessoria jurídica do município revise as especificações técnicas quanto à sua adequação legal e realize pesquisa de mercado (pesquisa de preços) com, no mínimo, 3 (três) fornecedores ou marcas distintas para compor o valor de referência da contratação.

Este documento tem caráter de subsídio técnico, elaborado sob a ótica da manutenção operacional do parque de informática, e não constitui parecer jurídico.

5. QUADRO DE ITENS PARA AQUISIÇÃO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS (SEM INDICAÇÃO DE MARCA)

Nº	Descrição / Especificação Técnica Mínima	Unid.	Qtd.	Referência / Motivo
1	Servidor para rack padrão 19", voltado à virtualização, com as seguintes características mínimas: processador de mercado para servidores corporativos, plataforma monossoquete de alta densidade de núcleos (ex.: linha AMD EPYC 4004 ou Intel Xeon Scalable Silver, ou equivalente), mínimo de 16 núcleos físicos (32 threads), com suporte a tecnologias de virtualização de CPU (Intel VT-x/VT-d ou AMD-V/AMD-Vi, incluindo suporte a IOMMU para atribuição direta de dispositivos a máquinas virtuais); memória RAM ECC mínima de 64GB, expansível; armazenamento com no mínimo 2 (duas) unidades SSD classe empresarial (SATA ou NVMe), capacidade mínima de 4TB (quatro terabytes) cada, configuradas em RAID 1 por controladora RAID em hardware (suporte a RAID 0/1/5/10); chassi com no mínimo 4 (quatro) baias hot-swap (as excedentes disponíveis para expansão futura); fonte de alimentação redundante, hot-swap, certificação 80 PLUS (mínimo Platinum); no mínimo 4 (quatro) portas de rede Gigabit Ethernet (onboard e/ou placa adicional); controlador de gerenciamento remoto integrado (classe BMC, com interface web dedicada e KVM remoto via navegador, independente do sistema operacional); kit de trilhos (rack rail kit) compatível com rack padrão 19" de fixação por porca gaiola (cage nut); compatibilidade comprovada com hipervisores de mercado (ex.: Proxmox VE, VMware, Microsoft Hyper-V) e com sistema operacional Windows Server como convidado (guest); será aceito equipamento novo ou usado, desde que em perfeito estado de funcionamento, com todos os componentes originais de fábrica, sem sinais de dano físico, corrosão ou desgaste que comprometam seu funcionamento ou vida útil remanescente, e submetido a teste de carga/estabilidade por no mínimo 72 (setenta e duas) horas antes da entrega, com relatório técnico do fornecedor atestando o resultado; garantia mínima de 12 (doze) meses on-site a partir da data de entrega e aceite, contemplando reposição de peças e mão de obra, independentemente de o equipamento ser novo ou usado.	un	1	Hospedagem das 5 VMs descritas na Seção 3.2 (arquivos da Prefeitura, arquivos da Secretaria de Saúde em Windows Server, firewall e 2 VMs de reserva — sendo uma delas o provável Controlador de Domínio), com segregação de dados sensíveis (LGPD) e margem operacional adequada às cargas em Windows Server. Facultar a aceitação de equipamento usado, além de novo, amplia a competitividade e a viabilidade orçamentária da contratação — relevante diante do custo mais elevado de servidores com 16+ núcleos, 64GB ECC e 4TB de armazenamento em SSD —, sem abrir mão de garantias mínimas de qualidade, estabilidade e suporte.
2	Rack (armário) fechado, padrão 19", para acomodação do servidor (item 1), do nobreak (item 3) e do equipamento de rede associado (switch, patch panel), com as seguintes características mínimas: altura externa mínima de 1,60m (compatível com racks de mercado na faixa de 32U a 36U); profundidade útil mínima de 700mm, compatível com servidores de rack de padrão corporativo; estrutura em aço, com fixação de equipamentos por porca gaiola (cage nut), acompanhado de kit de porcas gaiola, parafusos e arruelas em quantidade suficiente para a fixação de todos os equipamentos previstos; capacidade de carga estática mínima de 350kg; porta frontal com fechadura e visor em vidro ou material perfurado (ventilação); painéis traseiro e laterais removíveis; kit de ventilação superior (bandeja com no mínimo 2 ventiladores); régua de tomadas (PDU) interna, com no mínimo 8 (oito) tomadas padrão NBR 14136 e proteção contra surtos; kit de aterramento; no mínimo 3 (três) bandejas fixas ventiladas, padrão 19", para acomodação de equipamentos sem fixação em trilho próprio; organizadores de cabos horizontais e verticais; pés niveladores e rodízios (modelo de piso) ou kit de fixação (modelo de parede), conforme espaço disponível no local de instalação; garantia mínima de 12 meses.	un	1	Acomodação física adequada, segura e organizada do servidor (item 1), do nobreak (item 3) e dos equipamentos de rede associados, com proteção contra acesso não autorizado (fechadura) — relevante por se tratar de equipamento que hospedará dados sensíveis de saúde (LGPD) —, ventilação adequada para dissipação de calor e capacidade de carga compatível com o conjunto de equipamentos a instalar. Altura acima do mínimo estritamente necessário e as 3 bandejas adicionais dão margem real para expansão futura (Seção 3.2) e para equipamentos que não se fixam por trilho próprio (ex.: outros ativos de rede hoje fora de rack).
3	Nobreak (UPS) para rack padrão 19", capacidade mínima de 1.500VA (1,5kVA), tecnologia de dupla conversão (online), forma de onda senoidal pura, fator de potência mínimo de 0,9, formato rack 2U com kit de trilhos/suportes de fixação compatível com rack padrão 19" por porca gaiola (cage nut); tensão de entrada e saída de 127V; saídas com tomadas padrão NBR 14136; autonomia mínima de 15 minutos com a carga integral do servidor especificado no item 1 e equipamento de rede associado; interface de comunicação USB e/ou rede para sinalização e desligamento remoto/automatizado do	un	1	Proteção contra falhas de energia do servidor de virtualização (item 1) e do equipamento de rede da mesma rack (item 2), com autonomia suficiente para desligamento automatizado e seguro do hipervisor e das VMs, mitigando risco de corrupção de dados e indisponibilidade abrupta dos serviços hospedados (arquivos da Prefeitura, arquivos da Secretaria de Saúde e firewall). Dimensionamento: consumo estimado do servidor em pico (~400W) somado ao switch

	hipervisor em caso de falta de energia prolongada, com software de monitoramento compatível com os principais sistemas operacionais de mercado (Windows/Linux); baterias internas seladas VRLA, livres de manutenção; garantia mínima de 12 meses (módulo eletrônico e baterias).			de rede associado (~10W), acrescido de margem de segurança de 25% e fator de potência de 0,9, resulta em demanda mínima de ~570VA — capacidade solicitada (1.500VA) garante folga para picos e crescimento futuro do rack.
4	HD externo, capacidade de 4TB, formato 3,5", interface USB 3.0 ou superior, alimentação bivolt automática, compatível com Windows e Linux, plug and play, acompanhado de cabo USB e fonte de alimentação, garantia mínima de 12 meses.	un	3	Rotina de backup das máquinas virtuais em esquema de rodízio (estratégia 3-2-1), com ao menos 1 unidade mantida fisicamente fora da sede como cópia offsite/off-line.

6. OBSERVAÇÕES FINAIS

• Recomenda-se pesquisa de preços com no mínimo 3 (três) fornecedores/marcas distintas para composição do valor de referência da contratação, em conformidade com a exigência legal de ampla pesquisa de mercado.

• O dimensionamento adotado (16 núcleos físicos, 64GB de RAM, 4TB útil em RAID 1) reflete o uso de Windows Server nas VMs de arquivos e reserva capacidade para um provável Controlador de Domínio, com relação vCPU:núcleo mais conservadora (até 1,5:1) adequada a essas cargas, além de margem real acima do mínimo estritamente calculado (Seção 3.2). Caso o município preveja crescimento adicional além do já contemplado, recomenda-se revisão do dimensionamento antes da publicação do edital.

• Caso uma das VMs de reserva venha a hospedar um Controlador de Domínio (Active Directory), recomenda-se ciência de que um único DC virtualizado em um único servidor físico é ponto único de falha para a autenticação de rede; a mitigação recomendada pela Microsoft é manter 2 DCs em hosts físicos distintos — inviável com apenas 1 servidor. Na impossibilidade de um segundo host, recomenda-se, no mínimo, backup frequente e testado do DC.

• Não foi incluída, neste documento, a aquisição de licenças de virtualização — caso o hipervisor escolhido não seja gratuito (ex.: Proxmox VE), a licença correspondente (ex.: VMware, Microsoft Hyper-V com Windows Server Datacenter) deve ser objeto de item específico em processo de aquisição complementar.

• O nobreak dimensionado (item 3) protege o servidor (item 1) e o equipamento de rede instalados no rack (item 2). Caso outros equipamentos venham a ser instalados nesse rack no futuro, recomenda-se revisão do dimensionamento de carga (nobreak) e de espaço (rack) antes de nova aquisição.

• Recomenda-se a realização periódica de testes de restauração das cópias de backup, de modo a validar a efetividade da rotina adotada.

Responsável Técnico pela Manutenção de Equipamentos de Informática e Rede
Bom Jesus, 31/08/2026

ANEXO IV – LEVANTAMENTO DE COMPÚTADORES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

Levantamento do Parque Tecnológico — Diagnóstico e Sugestões de Melhoria

Relatório elaborado para o Gestor do Contrato | Data de emissão: 22/08/2026

RESUMO GERAL

Total de equipamentos levantados	**115**
Total de notebooks	**9**
Equipamentos em situação CRÍTICA (substituir CPU)	**24**
Equipamentos em ATENÇÃO (upgrade recomendado)	**49**
Equipamentos ADEQUADOS (sem intervenção necessária)	**42**

DISTRIBUIÇÃO POR SETOR / ÓRGÃO

Setor / Órgão	Qtd.
Prefeitura	34
Escola	20
Posto Cruzeiro	10
Secretaria de Saúde	10
Biblioteca Municipal	10
CRAS	8
Posto de Baixo	7
Delegacia PMMG	4
CEM	4
Conselho Tutelar	2
Cultura	2
Obras	2
Almoxarifado	1
Fisioterapia	1
TOTAL	**115**

LEGENDA — CLASSIFICAÇÃO DE STATUS

Crítico	*Substituir CPU — processador defasado / insuficiente para as demandas atuais. Recomenda-se substituição do equipamento.*
Atenção	*Upgrade recomendado — equipamento pode continuar em uso mediante upgrade de memória RAM e/ou armazenamento (SSD).*
Adequado	*Equipamento atende aos requisitos mínimos atuais. Nenhuma intervenção necessária.*

OBSERVAÇÕES DA REVISÃO

Na consolidação deste levantamento foram corrigidas inconsistências de digitação do arquivo original: grafia de processadores (ex.: "AMD Athlom" para "AMD Athlon", "RYZEB"/"RYSEN" para "RYZEN"), acentuação de nomes de setores e dois registros com sistema operacional informado como "Win 12" (Prefeitura - Jurídico e Prefeitura - Esporte), padronizados para "Windows 11" — não há versão comercial do Windows 12 até o momento. Um equipamento (Delegacia PMMG, PM-03) não teve a capacidade de armazenamento informada no levantamento original. Recomenda-se validar esses itens em campo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS — LEVANTAMENTO DO PARQUE TECNOLÓGICO

Diagnóstico de equipamentos e sugestões de melhoria | Emitido em 22/08/2026 | 115 equipamentos

Nº	Setor / Local	Usuário	Processador (CPU)	Memória RAM	Armazenamento	Capacidade	Sistema Operacional	Observação do Equipamento	Melhoria Sugerida	Status
1	Delegacia PMMG	PM - 01	I3 - 4170	4GB	SSD	120GB	Windows 10	Duas telas	8GB RAM DDR3	Atenção
2	Delegacia PMMG	PM - 02	I3 - 3240	4GB	SSD	240GB	Windows 10		8GB RAM DDR3	Atenção
3	Delegacia PMMG	PM - 03	I5 - 6400	8GB	SSD	Não informado	Ubuntu			Adequado
4	Delegacia PMMG	PM - 04	I3 - 2100	4GB	SSD	120GB	Windows Server			Adequado
5	Conselho Tutelar		AMD Athlon II X2	2GB	HD	320GB	Windows 7		Substituir CPU	Crítico
6	Conselho Tutelar		AMD Athlon II X2	2GB	HD	320GB	Windows 7		Substituir CPU	Crítico
7	Posto Cruzeiro - Farmácia		I5 - 4570	4GB	HD	500GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	Atenção
8	Posto Cruzeiro - Farmácia		I3 - 4170	4GB	HD	500GB	Windows 7		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	Atenção
9	Posto Cruzeiro - Farmácia		I3 - 4170	4GB	HD	500GB	Windows 8		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	Atenção
10	Posto Cruzeiro - Consultório 02		I3 - 12100F	8GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado

11	Posto Cruzeiro - Consultório 01		I3 - 2120	4GB	SSD	240GB	Windows 11		8GB RAM DDR3	**Atenção**
12	Posto Cruzeiro - Acolhimento		I5 - 2400	4GB	HD	500GB	Windows 10			**Adequado**
13	Posto Cruzeiro - Recepção		I3 - 12100F	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
14	Posto Cruzeiro - Odonto		I3 - 4170	4GB	HD	1TB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
15	Posto Cruzeiro - Consultório Enfermagem		I5 - 4690	4GB	HD	500GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
16	Posto Cruzeiro - Sala Enfermagem		I5 - 6400	4GB	HD	500GB	Windows 11		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
17	CRAS - SCFV		I3 - 9100F	4GB	HD	500GB	Windows 10		8GB RAM DDR4 / SSD 240GB	**Atenção**
18	CRAS - Cadastro Único		I5 - 12450H	16GB	SSD	512GB	Windows 11			**Adequado**
19	CRAS - Coordenação		PENTIUM GOLD 7505	4GB	SSD	240GB	Windows 11	Notebook	8GB RAM DDR4	**Atenção**
20	CRAS - PSE		AMD RYZEN 7 5800U	16GB	SSD	512GB	Windows 11	Notebook		**Adequado**
21	CRAS - PSE		I5 - 12450H	16GB	SSD	512GB	Windows 11			**Adequado**
22	CRAS - Recepção		I3 - 4160	4GB	HD	500GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 480GB	**Atenção**
23	CRAS - PSB		I3 - 9100F	4GB	HD	500GB	Windows 10		8GB RAM DDR4 / SSD 480GB	**Atenção**
24	CRAS - PSB		PENTIUM GOLD 7505	4GB	SSD	240GB	Windows 11		8GB RAM DDR4	**Atenção**
25	CEM - Recepção		PENTIUM G860	4GB	HD	500GB	Windows 7		Substituir CPU	**Crítico**
26	CEM - Consultório 02		I3 - 12100F	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
27	CEM - Consultório 01		I3 - 12100F	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
28	CEM - Consultório 03		PENTIUM GOLD 7505	4GB	SSD	240GB	Windows 11		8GB RAM DDR4	**Atenção**
29	Cultura - Recepção		I3 - 12100	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
30	Cultura - Secretário		I3 - 12100	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
31	Almoxarifado		AMD RYZEN 3 PRO 2200G	4GB	HD	1TB	Windows 10		8GB RAM DDR4 / SSD 480GB	**Atenção**
32	Obras - Heitor		I3 - 12100	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**

33	Obras - Elen		I5 - 7200U	4GB	SSD	240GB	Windows 10		8GB RAM DDR4	Atenção
34	Prefeitura - Compras	Karolayne	CORE 2 DUO	2GB	HD	500GB	Windows 10		Substituir CPU	Crítico
35	Prefeitura - Compras	Marluce	I5 - 2400	4GB	HD	1TB	Windows 7		8GB RAM DDR3 / SSD 480GB	Atenção
36	Prefeitura - Compras	Mariluce	I5 - 7500T	8GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado
37	Prefeitura - Secretário de Governo	Worley	I3 - 7020U	4GB	SSD	240GB	Windows 11	Notebook	16GB RAM DDR4	Atenção
38	Prefeitura - Recepção Gabinete		I5 - 2400	4GB	HD	1TB	Windows 7		8GB RAM DDR3 / SSD 480GB	Atenção
39	Prefeitura - Contabilidade	Gustavo	I3 - 1210	8GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado
40	Prefeitura - Contabilidade	João Batista	I3 - 1210	8GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado
41	Prefeitura - Contabilidade	Shirley	AMD RYZEN 3 8300G	8GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado
42	Prefeitura - Tesouraria	Ana Julia	I5 - 7500T	8GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado
43	Prefeitura - Tesouraria	Diana	PENTIUM G2020	4GB	SSD	240GB	Windows 10		8GB RAM DDR3	Atenção
44	Prefeitura - Tesouraria	João	AMD RYZEN 3 8300G	8GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado
45	Prefeitura - Tesouraria	Maria Regina	AMD RYZEN 3 8300G	8GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado
46	Prefeitura - Assistência Social	Otávio	I5 - 7500T	8GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado
47	Prefeitura - Licitação	Glecilene	I5 - 7500T	8GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado
48	Prefeitura - Licitação	Lissania	I5 - 7500T	8GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado
49	Prefeitura - Licitação	Rayelle	I3 - 1210	8GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado
50	Fisioterapia		I7 - 1070	16GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado
51	Prefeitura - RH	Mateus	AMD RYZEN 3 8300G	8GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado
52	Prefeitura - Jurídico	Viviane	I3 - 1210	8GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado
53	Prefeitura - Educação	Carlos	I7 - 1070	16GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado
54	Prefeitura - Transporte	Layane	I5 - 6400	4GB	HD	500GB	Windows 10		8GB RAM DDR4 / SSD 480GB	Atenção
55	Prefeitura - Educação	Jessica	I3 - 1210	8GB	SSD	240GB	Windows 11			Adequado

56	Prefeitura - Transporte	Valter	I5 - 2400	4GB	HD	1TB	Windows 7		8GB RAM DDR3 / SSD 480GB	**Atenção**
57	Prefeitura - Educação	Eduarda	I3 - 7020U	4GB	HD	500GB	Windows 10	Notebook	8GB RAM DDR4 / SSD 480GB	**Atenção**
58	Prefeitura - IMA	Vanda	PENTIUM G360	4GB	HD	500GB	Windows 7		Substituir CPU	**Crítico**
59	Prefeitura - JSM	Isaura	I3 - 1210	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
60	Prefeitura - Meio Ambiente	Adilson	I3 - 2100	4GB	HD	500GB	Windows 10		Substituir CPU e remanejar equipamento	**Crítico**
61	Prefeitura - Meio Ambiente	Emanuel	I3 - 1210	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
62	Secretaria de Saúde - Regulação	Charlene	PENTIUM G2030	4GB	HD	320GB	Windows 10		Substituir CPU	**Crítico**
63	Secretaria de Saúde - Secretaria	Anika	I5 - 6400	4GB	HD	500GB	Windows 10		8GB RAM DDR4 / SSD 480GB	**Atenção**
64	Secretaria de Saúde - Endemias	Jaqueline	I5 - 6400	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR4 / SSD 480GB	**Atenção**
65	Secretaria de Saúde - Coordenação	Nayeli	PENTIUM	4GB	HD	500GB	Windows 7		Substituir CPU e remanejar equipamento	**Crítico**
66	Secretaria de Saúde - Endemias	Mateus	I3 - 1210	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
67	Secretaria de Saúde - Vigilância Sanitária		AMD SEMPRON	4GB	HD	500GB	Windows 10		Substituir CPU	**Crítico**
68	Secretaria de Saúde - Coordenação	Ryan	I5 - 2400	4GB	SSD	240GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 480GB	**Atenção**
69	Secretaria de Saúde - TFD	Mariana	I5 - 4590	16GB	HD	1TB	Windows 10		SSD 480GB	**Atenção**
70	Secretaria de Saúde - Recepção	Graziene	CORE 2 DUO	2GB	HD	320GB	Windows 7		Substituir CPU	**Crítico**
71	Secretaria de Saúde - Recepção	Graziene	I5 - 5005	4GB	HD	1TB	Windows 10	Notebook	8GB RAM DDR3 / SSD 480GB	**Atenção**
72	Prefeitura - EMATER	Luiz Fernando	AMD Athlon PRO 200 GE	8GB	SSD	240GB	Windows 10		Substituir CPU	**Crítico**
73	Prefeitura - EMATER	Pedro	AMD RYZEN 3 PRO 5350	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
74	Posto de Baixo - Laboratório	Camila	I3 CPU 540	4GB	HD	500GB	Windows 10		Substituir CPU e remanejar equipamento	**Crítico**
75	Posto de Baixo - Recepção		I3 - 1210F	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
76	Posto de Baixo - Enfermagem		I5 - 4690	8GB	SSD	240GB	Windows 10			**Adequado**
77	Posto de Baixo - Consultório		I3 CPU 540	4GB	HD	500GB	Windows 8		Substituir CPU e remanejar equipamento	**Crítico**

78	Posto de Baixo - Consultório 02		I5 - 7500T	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
79	Posto de Baixo - Sala de Vacina		I5 - 7500T	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
80	Posto de Baixo - Acolhimento		I3 - 1210F	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
81	Escola - Sala Informática		I3 - 2100	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
82	Escola - Sala Informática		I3 - 2100	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
83	Escola - Sala Informática		I3 - 2100	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
84	Escola - Sala Informática		I3 - 2100	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
85	Escola - Sala Informática		I3 - 2100	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
86	Escola - Sala Informática		I3 - 2100	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
87	Escola - Sala Informática		I3 - 2100	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
88	Escola - Sala Informática		I3 - 2100	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
89	Escola - Sala Informática		I3 - 2100	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
90	Escola - Sala Informática		I3 - 2100	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
91	Escola - Sala Informática		I3 - 2100	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
92	Escola - Sala Informática		I3 - 2100	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
93	Escola - Sala Informática		I3 - 2100	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
94	Escola - Sala Informática		I3 - 2100	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
95	Escola - Secretaria	Laura	I5 - 4690	4GB	HD	500GB	Windows 7		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
96	Escola - Secretaria	Auxiliar	PENTIUM DUAL - CORE	4GB	HD	320GB	Windows 7		Substituir CPU	**Crítico**
97	Escola - Direção	Cleria	I3 - 7100U	4GB	SSD	240GB	Windows 10	Notebook	8GB RAM DDR4	**Atenção**

98	Escola - Direção	Janete	I3 - 1005G1	4GB	SSD	240GB	Windows 11	Notebook	8GB RAM DDR4	**Atenção**
99	Escola - Direção	Luciene	I3 - 1005G2	4GB	SSD	240GB	Windows 11	Notebook	8GB RAM DDR4	**Atenção**
100	Escola - Direção	Professores	I3 - 1005G2	4GB	SSD	240GB	Windows 11	Notebook	8GB RAM DDR4	**Atenção**
101	Bibliotec a Municipal		CELERON 430	4GB	HD	320GB	UBUNT U 18.04.5 LTS		Substituir CPU	**Crítico**
102	Bibliotec a Municipal		CELERON 430	4GB	HD	320GB	UBUNT U 18.04.5 LTS		Substituir CPU	**Crítico**
103	Bibliotec a Municipal		CELERON 430	4GB	HD	320GB	UBUNT U 18.04.5 LTS		Substituir CPU	**Crítico**
104	Bibliotec a Municipal		CELERON 430	4GB	HD	320GB	UBUNT U 18.04.5 LTS		Substituir CPU	**Crítico**
105	Bibliotec a Municipal		CELERON 430	4GB	HD	320GB	UBUNT U 18.04.5 LTS		Substituir CPU	**Crítico**
106	Bibliotec a Municipal		CELERON 430	4GB	HD	320GB	UBUNT U 18.04.5 LTS		Substituir CPU	**Crítico**
107	Bibliotec a Municipal		CELERON 430	4GB	HD	320GB	UBUNT U 18.04.5 LTS		Substituir CPU	**Crítico**
108	Bibliotec a Municipal		CELERON 430	4GB	HD	320GB	UBUNT U 18.04.5 LTS		Substituir CPU	**Crítico**
109	Bibliotec a Municipal		CELERON 430	4GB	HD	320GB	UBUNT U 18.04.5 LTS		Substituir CPU	**Crítico**
110	Bibliotec a Municipal	Cristiano	PENTIUM G2020	4GB	HD	500GB	Windows 10		Substituir CPU	**Crítico**
111	Prefeitura - Jurídico		I5 - 7500	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
112	Prefeitura - Jurídico		I5 - 750	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
113	Prefeitura - Esporte	Michele	I3 - 2105	4GB	HD	320GB	Windows 10		8GB RAM DDR3 / SSD 240GB	**Atenção**
114	Prefeitura - Esporte	Eduardo	I3 - 1210	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**
115	Prefeitura - Esporte	Diego	I3 - 1211	8GB	SSD	240GB	Windows 11			**Adequado**

ANEXO V – JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PEÇAS DE REPOSIÇÃO E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

1. IDENTIFICAÇÃO

Objeto: aquisição de materiais, peças de reposição e equipamentos de informática destinados a apoiar as atividades de manutenção preventiva e corretiva do parque tecnológico da Prefeitura Municipal de Bom Jesus.

Base técnica: Levantamento do Parque Tecnológico da Prefeitura Municipal de Bom Jesus (Anexo I), realizado em 22/08/2026, abrangendo 115 equipamentos distribuídos por 14 setores/órgãos municipais.

Elaborado por: responsável técnico pela manutenção de equipamentos de informática e rede, no âmbito do contrato de manutenção vigente.

Data de elaboração: 22/08/2026.

2. INTRODUÇÃO

O presente documento tem por finalidade justificar, do ponto de vista técnico-operacional, a aquisição de materiais, peças de reposição e equipamentos de informática que subsidiarão a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do parque tecnológico municipal ao longo da vigência do contrato.

Os quantitativos e as especificações aqui apresentados foram dimensionados a partir do diagnóstico objetivo realizado no levantamento do parque tecnológico (Anexo I), somado à experiência prática do responsável técnico na rotina de atendimento aos chamados de manutenção, de modo a antecipar as necessidades previsíveis durante todo o período contratual e evitar aquisições fracionadas, urgentes ou descontinuidade dos serviços prestados à população.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Peças de reposição para manutenção corretiva contínua

Fontes de alimentação, coolers, pasta térmica, teclados e mouses figuram entre os itens de maior recorrência nos chamados de manutenção corretiva, em razão do desgaste natural de uso contínuo em repartições públicas. As quantidades solicitadas refletem o histórico de substituições ao longo dos últimos ciclos de atendimento e o quantitativo total de equipamentos em operação (115 unidades).

1.2. Upgrade de memória e armazenamento em equipamentos existentes

O levantamento anexo aponta, especificamente, 23 computadores com indicação de upgrade para SSD de 240GB, 13 para SSD de 480GB, 31 para memória de 8GB DDR3 (desktop), 9 para 8GB DDR4 (desktop), além de casos pontuais em notebooks (1 com indicação de 8GB DDR3, 6 com indicação de 8GB DDR4 e 1 com indicação de 16GB DDR4). As quantidades ora solicitadas acompanham de perto essa demanda mapeada, com pequena reserva operacional para atendimento a novas ocorrências ao longo da vigência contratual.

1.3. Substituição de equipamentos obsoletos

O levantamento identificou 24 computadores em situação crítica, com processadores defasados e substituição recomendada. A aquisição de 30 computadores completos contempla a totalidade desses casos, com margem adicional para equipamentos que venham a se tornar inviáveis de manter ou atualizar durante a vigência do contrato, evitando nova solicitação emergencial de compra.

1.4. Infraestrutura de rede e conectividade

Os itens de conectividade (placas de rede, adaptadores, cabos, conectores e equipamentos ativos de rede) não foram objeto do levantamento de computadores, por não ser esse o seu escopo, mas decorrem diretamente da rotina de atendimento técnico do responsável pela manutenção, que identifica pontos de rede e equipamentos de conectividade com desgaste, obsolescência ou capacidade insuficiente nas unidades atendidas.

4. NOTA METODOLÓGICA E BASE LEGAL

Em atenção ao disposto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), notadamente os arts. 9º e 40, §1º, inciso I, as especificações técnicas constantes do quadro de itens (Seção 5) foram redigidas por características de desempenho e funcionalidade — e não por marca ou modelo —, de modo a preservar a competitividade do certame e permitir a participação do maior número possível de fornecedores e fabricantes que atendam aos requisitos mínimos estabelecidos.

Recomenda-se que, antes da publicação do instrumento convocatório, o setor de licitações/assessoria jurídica do município: (i) revise as especificações técnicas quanto à sua adequação legal; (ii) realize pesquisa de mercado (pesquisa de preços) com, no mínimo, 3 (três) fornecedores ou marcas distintas para cada item, de modo a comprovar a exequibilidade da especificação por mais de um fabricante e compor o valor de referência da contratação; e (iii) ajuste eventuais parâmetros técnicos (como pontuação mínima de benchmark de processador) à realidade do mercado na data da pesquisa de preços, já que se trata de mercado de rápida obsolescência.

6. OBSERVAÇÕES FINAIS

- Recomenda-se pesquisa de preços com no mínimo 3 (três) fornecedores/marcas distintas para composição do valor de referência da contratação, em conformidade com a exigência legal de ampla pesquisa de mercado.
- Os quantitativos consideram uma reserva operacional para atendimento a chamados de manutenção ao longo de toda a vigência contratual, evitando aquisições fracionadas e garantindo a continuidade dos serviços.
- Os materiais e equipamentos relacionados destinam-se, prioritariamente, às unidades listadas no levantamento do parque tecnológico (Anexo I), conforme demanda identificada, podendo ser redistribuídos conforme necessidade operacional superveniente.
- Especificações técnicas com parâmetros de desempenho (ex.: pontuação de benchmark de processador) devem ser revisadas e atualizadas pelo setor responsável imediatamente antes da publicação do edital, dada a rápida evolução do mercado de tecnologia.

ANEXO VI – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO AMPARO-MG
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/XXX

PROCESSO LICITATÓRIO 090/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 042/2026

Aos ..... dias do mês de..... do ano de dois mil e vinte e seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO/MG**, CNPJ nº 18.317.693/0001-06, localizada na Praça Cardeal Motta, n.º 220, Centro, Bom Jesus do Amparo/MG, CEP: 35.908-000, neste instrumento representada pelo Prefeito Municipal, WANDERLEI DOS SANTOS RIBEIRO, no uso de suas atribuições e, nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 151/2023, as demais normas legais aplicáveis, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº .....202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo nº , RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de eletrônicos, equipamentos de informática, periféricos e softwares de informática, para atendimento às Secretarias Municipais.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço total registrado corresponde a R$ .....

2.2O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

2.3 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1O órgão gerenciador será a Secretária Municipal de Administração, Fazenda a Plenejamento.

4.2 As demais secretarias participantes deste processo serão: Secretaria Municipal de Governo; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Transportes e Logística e Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1.A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2.A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão gerenciador por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item

5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado meio disponibilizado pelo órgão gerenciador e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO OU REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura da ata.

6.1.4. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.1.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.1.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir

seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão participante para órgão participante; ou

8.2.2. De órgão participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento. Na hipótese de remanejamento de órgão participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os previstos no art. 31 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

8.4 Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.6 Na hipótese de compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão gerenciador, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1.O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto Federal nº 11.462/2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2.O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses,

desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto Federal nº 11.462/2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

10.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

10.4 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da ordem de fornecimento, em remessa parcelada, no endereço de cada Secretaria Municipal participante indicado na respectiva ordem de fornecimento, em dias úteis, no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00

11.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 dias pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

11.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

11.5 Caso estejam em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 9.4 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e no Edital.

12.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Bom Jesus do Amparo, ... de ..... de .....

.....
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO/MG
CNPJ: 18.317.693/0001-06
Prefeito Municipal – **Wanderlei dos Santos Ribeiro**

.....
XXX
CNPJ nº xxx Representante Legal: **xxx**
ADJUDICATÁRIA

Testemunhas:

Nome:	**Nome:**
CPF:	CPF:

ANEXO VII – TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N.º XXX/XXX

Contrato administrativo que entre si fazem o município de Bom Jesus do Amparo e a empresa .....

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO AMPARO/MG, CNPJ nº 18.317.693/0001-06, localizado na Praça Cardeal Motta, n.º 220, Centro, Bom Jesus do Amparo/MG, CEP: 35.908-000, neste instrumento representada pelo Prefeito Municipal, WANDERLEI DOS SANTOS RIBEIRO, em conformidade com a Lei nº 14.133/21, denominada simplesmente **Contratante**; e ....., com ....., telefone nº (xx). ..... inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº ....., neste ato designada **Contratada** por seu representante ..... tendo em vista o que consta no Processo nº..... e em observância às disposições legais mencionadas e na Lei nº 14.133 de 2021 e Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 042/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. OBJETO

Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de eletrônicos, equipamentos de informática, periféricos e softwares de informática, para atendimento às Secretarias Municipais.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.3. A Proposta do contratado;

1.3.4 Ata de Registro de Preços nº xx/20xx;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 A forma de fornecimento será (parcelada/remessa única - Item 9.1 do Termo de Referência).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato terá vigência pelo período de ____contados do(a)....., na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CONDIÇÕES DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

3.1. As condições de entrega e recebimento dos bens, assim como os modelos de gestão e fiscalização, constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não se aplica.

5. PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R$ ..... ( ).
OU
5.1. O valor total da contratação é de R$..... ( )

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX)
I = (6 /100)
365

7. REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro

feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

8.12. Notificar os eventuais emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos que comprovam a sua regularidade fiscal, social e trabalhista;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

10.5. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

10.6. Se a subcontratação for admitida, o Contratado deverá exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;

10.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com

cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11. GARANTIA CONTRATUAL

11.1. As exigências relativas à garantia contratual encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. GARANTIA DA EXECUÇÃO

12.1. Não se aplica.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

2. Moratória de 0,07 % (sete centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas no subitem 13.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do Contrato.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
13.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
13.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
13.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
13.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com

poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.x. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.x.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.x.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.x.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.y. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.y.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.y.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.y.3. Indenizações e multas.

14.w. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.z. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Unidade: nº - Descrição / Fonte de Recursos: nº - Descrição

Programa de Trabalho: nº - Descrição
Elemento de Despesa: nº - Descrição
Ficha: nº - Descrição
Secretaria Gestora: nº - Descrição
15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. DOS CASOS OMISSOS
16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. ALTERAÇÕES
17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. PUBLICAÇÃO
18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, bem como no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

19. FORO
19.1 - É eleito o Foro da Comarca de Barão de Cocais para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º da Lei nº 14.133/21.

19.2 - Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Bom Jesus do Amparo, ... de ..... de .....

.....
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO/MG
CNPJ: 18.317.693/0001-06
Prefeito Municipal – **Wanderlei dos Santos Ribeiro**

.....
XXX
CNPJ nº xxx
Representante Legal: **xxx**
ADJUDICATÁRIA

Testemunhas:

_____ _____

Nome: **Nome:**
CPF: **CPF**